



**2019**

# **AFRICANIDADES: FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS**

**EDIFES  
PPGEH  
2019**

Márcia Maria Silva Peixoto

Aldieris Braz Amorim Caprini

## Africanidades: Formação Continuada para Professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais



Edifes

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

P379a

Peixoto, Marcia Maria Silva.

Africanidades [recurso eletrônico] : formação continuada para professores do ensino fundamental – anos iniciais / Márcia Maria Silva Peixoto, Aldieris Braz Amorim Caprini. – 1. ed. - Vitória : Instituto Federal do Espírito Santo, 2019.

55 p. : il. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-8263-447-9 (E-book)

1. Negros – Educação. 2. Discriminação racial. 3. Discriminação na educação. 4. Professores – Formação. 5. Ensino fundamental – Estudo e ensino. 6. África – História. I. Caprini, Aldieris Braz Amorim. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 21 – 305.896

Elaborada por Marcileia Seibert de Barcellos – CRB-6/ES - 656

## Os Autores



Márcia Maria Silva Peixoto: Mestranda em Ensino de Humanidades pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Professora de História do Ensino Fundamental, na rede municipal de educação de Marataízes – ES. Formada em História pelo Centro Universitário São Camilo – ES, e em Geografia pela FANAN–MG. Especialista em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Espírito Santo, Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo.



Pós- Doutor em Educação pela USP, Doutor em Educação (Currículo) pela PUC/SP, Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e Licenciado em História pela Faculdade São Camilo-ES. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Tem experiência na docência da Educação Básica e do Ensino Superior na área de História e Educação e na Gestão Educacional. Desenvolve estudos e pesquisas na área da Educação nos temas formação de professores, currículo e diversidade étnico-racial. Atua no Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades – PPGEH – IFES – Campus Vitória – ES.



## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a minha família, pela força e sustento nos momentos mais difíceis. Ao meu pai José Carlos e minha mãe Maria da Cruz que em sua simplicidade tem a compreensão da importância deste momento em minha vida. Os irmãos Carlos Eduardo, Marcus Vinícius, Carla, Liliane e sobrinhos, muito obrigada por doar seu tempo para ouvir sobre os projetos e os meus anseios durante este projeto. Aos amigos pelas palavras de incentivo e motivação e pelo orgulho demonstrado em cada sorriso.

Aos colegas de curso que, em nossa pequena rede de apoio, reduziram distâncias, compartilharam vitórias, angústias e frustrações. Motivando-nos mutuamente.

Obrigada aos professores do curso pelo desprendimento e comprometimento em compartilhar conhecimentos fundamentais para nossa trajetória e para além da vida acadêmica.

Destaco toda a minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini, que por um acaso do destino se apresentou novamente em minha vida, guiando meus passos acadêmicos e sendo, como sempre, generoso e fundamental condutor desta pesquisa.

Agradeço a coordenação e a equipe administrativa do Polo a Universidade Aberta de Itapemirim, pela acolhida da Formação Continuada e pelo empenho na divulgação e logística. Bem como aos docentes que abraçaram a pesquisa. Aos colaboradores da pesquisa, Verônica de Souza Pereira, Laryssa da Silva Machado e Guilherme Augusto Maciel Ribeiro. Aos colegas de profissão que me estimularam e aos gestores das escolas onde atuo no município de Marataízes, que confiam em meu trabalho e me dão espaço para atuar na educação para as relações Étnico-raciais.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram em cada passo dessa caminhada.

## SUMÁRIO

Apresentação .....	07
Introdução .....	08
<b>MÓDULO I – Legislação, conceito e Educação para as Relações Étnico-raciais.....</b>	<b>10</b>
O que diz a lei sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais .....	11
Racismo e o espaço escolar .....	14
Conceitos pertinentes para a discussão de Relações Étnico-raciais .....	15
Mais sobre o tema .....	18
Roda de Conversa: Educação para as Relações Étnico-raciais .....	20
<b>MÓDULO II – Africanidades Brasileiras .....</b>	<b>24</b>
O que são Africanidades e as Africanidades Brasileiras .....	25
Tópicos em História da África e Afro-brasileira: refletindo sobre os conteúdos programáticos .....	27
Mais sobre o tema .....	29
Roda de Conversa: História da África e Africanidades Brasileiras .....	30
<b>MÓDULO III – Prática de Ensino em Africanidades: Possibilidades Didático-Pedagógicas..</b>	<b>39</b>
Práticas de Ensino e Aprendizagem em Africanidades .....	40
Formação de professores para o ensino de Africanidades e suas relações com a Pedagogia Histórico-Crítica.....	45
Proposta Didático-pedagógica sob a perspectiva das Africanidades na Educação para as Relações Étnico-raciais .....	47
Mais sobre o tema .....	49
Ponto de Chegada .....	50
Referências .....	51
Anexos .....	54

## APRESENTAÇÃO

E ku abo! Seja bem-vindo!

O presente livreto é parte do projeto de pesquisa "Formação continuada de professores para o Ensino de Africanidades" e da dissertação de Mestrado intitulada "Africanidades: Formação Continuada para Professores do Ensino Fundamental - Anos Iniciais" do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades - PPGEH - Ifes / Vitória - ES, e visa a qualificação dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para o ensino de Africanidades com perspectivas de combate ao racismo e a práticas discriminatórias no espaço escolar, além de promover a valorização da diversidade étnico-racial. O conteúdo está organizado em três módulos. Em cada módulo temos o texto teórico e conceitual, acompanhado das seções "*Outros caminhos*", com indicações bibliográficas, documentais e audiovisuais específicos de cada módulo, e "*Roda de Conversa*" onde apresentamos abordagens didático-pedagógicas e temas formativos a serem desenvolvidos pela perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas das Africanidades, nas diversas disciplinas e conteúdos programáticos.

No primeiro módulo, abordaremos as principais discussões sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais e sua aplicação didático-pedagógica, pontos fundamentais sobre sua legislação e abordagens conceituais sobre racismo, discriminação e preconceito racial as perspectivas curriculares para a promoção de uma educação para a promoção da igualdade racial. O segundo módulo discute as Africanidades, seus conceitos africanistas e os principais temas da História da África e Afro-brasileira sob a perspectiva da formação acadêmica e intelectual, bem como as relações de ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Além de identificar os elementos constitutivos da cultura Afro-brasileira. O último módulo apresenta proposições didático-pedagógicas no ensino de Africanidades, abordagens para o ensino e aprendizagem das Africanidades e as possibilidades metodológicas e didáticas que podem ser desenvolvidas alinhadas a Educação para as Relações Étnico-raciais. Enfim, apresentamos possibilidades de práticas formativas desenvolvidas com as temáticas abordadas nos módulos, bem como sugestões bibliográficas para a formação contínua e permanente do docente.

Axé,

Os autores

## Introdução

Considerando que uma educação para as Relações Étnico-raciais exige do professor domínio teórico e práticas educacionais que incentivem a reflexão e o debate, que promovam a superação de uma cultura de discriminação racial, defendemos uma formação de professores que seja pautada em um compromisso com a valorização da criticidade. Para tanto, recorreremos aos processos formativos da Pedagogia Histórico-crítica que corroboram com a humanização dos sujeitos, de forma a oportunizar a reflexão e a compreensão do contexto e da organização social na qual estão inseridos, bem como reconhecer em sua prática docente possibilidades de atuação no combate ao racismo e valorização da diversidade étnico-racial nos espaços educacionais formais e não formais.

Nesse sentido, partimos do pensamento de que o trabalho educativo caminha no sentido mediador da educação escolar na transmissão dos conhecimentos sistematizados e da cultura que se produz. Assim, propomos reflexões que nos conduzam a desenvolver ações assertivas que contribuam significativamente para uma formação continuada onde os docentes se reconheçam como sujeitos conscientes de sua atuação educativa e estabeleçam estratégias educativas que estejam comprometidas como uma educação que privilegie o respeito à diversidade, à valorização das Africanidades brasileiras, e a formação de sujeitos emancipados.

As reflexões que fazemos para discutir as Relações Étnico-raciais, dentro de uma proposta de formação continuada, nos conduzem a busca de um entendimento sobre os contextos em que se dão estas relações. Quando utilizamos o termo “*Relações étnico-raciais*” estamos nos referindo às vivências cotidianas de grupos étnicos que compõem nossa sociedade em sua multiplicidade e diversidade sociocultural. Dessa forma, almeja-se alcançar, nestas relações sociais, uma vivência harmoniosa e humanizada entre grupos de diversas etnias onde os direitos naturais, que são garantidos ao homem e ao cidadão, estão contemplados a todos com acesso pleno aos seus direitos e deveres como cidadão para os quais respeito, alteridade e tolerância são elementos básicos para o combate ao racismo e ao preconceito racial.

Este trabalho assume, prioritariamente, os debates sobre os temas da etnia negra, dos descendentes africanos no Brasil, as Africanidades, bem como os tópicos sobre História da África presentes nos currículos de História dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Assim, defendemos uma formação docente comprometida com uma proposta de ação reflexiva e crítica, indicando ações, abordagens teóricas e práticas didático-pedagógicas que proporcionem, aos sujeitos envolvidos no processo, espaços e momentos que os conduza a repensar o fazer



docente com a base dos conceitos teóricos que fundamentam suas práticas. A práxis docente incorrerá na superação do senso comum do cotidiano escolar, almejando assumir uma ressignificação e uma nova proposta de ação dentro das práticas educacionais e atividades desenvolvidas e intencionalmente voltadas a educação das relações étnico-raciais. Acreditamos que,

Ensinar e aprender Africanidades brasileiras significa enredar-se pelo modo de perceber e viver a vida, e conviver lutando por dignidade, que seja próprio dos descendentes de africanos que “[...] ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências, e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as daqueles (SILVA, 2009, p.26)”.

*Africanize-se!*

**MÓDULO I**  
**Legislação, conceito e Educação para as Relações Étnico-raciais**



Neste módulo abordaremos as discussões sobre a relação entre educação, cultura e sociedade numa perspectiva curricular por meio das legislações e parâmetros curriculares para a promoção de uma educação para igualdade racial, considerando reflexões acerca dos conceitos de raça, etnia, cultura, civilização, educação para as relações étnico-raciais e os contextos educacionais.

Boa leitura!

*“O Racismo também se afirma a partir do silêncio no ritual pedagógico.” (Gustavo Forde).*

### **O que diz a lei sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais**

Em um breve histórico, identificamos a busca por um novo lugar social e político para o negro no Brasil sendo evidenciada no ano do centenário da Abolição da escravatura e os reflexos da luta dos movimentos negro e sociais passam a ser reconhecidos a partir da Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”. Nela, as questões sobre a diversidade étnico-racial e cultural em nosso país são finalmente reconhecidas em uma constituição brasileira. No tocante ao ensino de História do Brasil, essa versava que se levassem em conta as diferentes culturas e etnias do Brasil e suas contribuições para a formação do povo desta nação. Tal indicação deu força aos movimentos intensos pela afirmação da identidade do negro que, na década seguinte, se destacam em todo país promovendo debates sobre as políticas públicas de reparo e ações afirmativas que agissem contra as práticas discriminatórias e excludentes de nossa sociedade, além de reivindicar inclusão nos direitos dos cidadãos e em defesa da democracia.

Sendo assim, partir para as intervenções nas políticas curriculares tornava-se imprescindível nesse projeto de revisão das abordagens temáticas e dos conteúdos negligenciados no currículo de História, a exemplo da História da África e dos povos indígenas do Brasil. Nesse sentido, uma educação pela igualdade deve contemplar temas, conteúdos e saberes que contribuam para o resgate e construção da memória e identidade cultural de um povo, bem como promover debates sobre as recorrentes práticas, ações e discursos racistas e preconceituosos existentes nos espaços escolares e na historiografia até então apresentada em sala de aula.

A partir da década de 1990, no quadro de leis que versam sobre o ensino de História da África e Afro-brasileira, teremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996. Ela estabelece no seu artigo 26-A que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura Afro-brasileira e indígena (LDB, 1996, art.26-A)”. Quanto aos conteúdos, a lei define que os mesmos devem incluir aspectos da história e da cultura que contribuíram para a formação população brasileira bem como o estudo da África, dos africanos e indígenas e sua luta.

Dois anos mais tarde, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1998), apresentam um perfil mais sugestivo que indicativo no que se refere aos conteúdos do ensino de História da África e Afro-brasileira. Embora apresente o princípio da alteridade para nortear os temas a abordados no currículo de história, a indicação sobre a temática da História da África se apresenta de forma superficial indicando que os temas transversais devem ser desenvolvidos nos currículos estaduais e municipais. Ao sugerir os conteúdos os parâmetros apresentam certa dificuldade em nomear e identificar conteúdos como os conjuntos civilizatórios ou as sociedades africanas. Estes são organizados a partir de eixos temáticos centrais como a “História das relações sócias e a natureza” e “Relações de trabalho”. A marca da superficialidade e a pouca consistência nos anos dos ciclos do Ensino Fundamental.

Os temas apontados se voltam para o estudo da História do Brasil da Europa e da América, ficando a África e o Oriente em um plano secundário. Estas sugestões e possibilidades de abordagens temáticas apresentam a África com uma perspectiva que parte das experiências históricas das culturas tradicionalmente eurocêntricas. Embora inclua determinados temas voltados para o estudo da história africana, os PCN's se ausentam de uma perspectiva centrada na própria trajetória das sociedades em África em uma estrutura de conteúdos.

Chegamos, então, ao marco legal mais expressivo para a educação das Relações Étnico-Raciais que é a Lei 10.639/2003. Seu texto apresenta-se como uma ação afirmativa e torna obrigatória a inclusão do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos da educação básica. Esta lei alterou a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional. Em destaque os seguintes artigos sobre a obrigatoriedade do ensino e dos conteúdos em si,

Art. 26 - A. nos estabelecimentos do ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. (Incluído pela lei n.10.639, de 9/1/2003).

§1º - O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras; (Incluído pela lei n. 10.639, de 9/1/2003 (BRASIL, 2003).

Em Outubro de 2004 visando a viabilidade de aplicar os processos pedagógicos que se baseassem nas culturas negras, e atendessem as demandas da Lei 10.639/2003, são criadas as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Afro-brasileira e Africana* (DCN's, 2004).

Estas leis justificaram o entendimento dos movimentos sociais, em destaque o Movimento Negro, que a escola deve exercer seu papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade (GOMES *apud* FONSECA, 2011, p. 41). Ao analisarmos o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP nº 3/2004) para as diretrizes, identificamos as indicações básicas para entidades de ensino, famílias, educadores e toda a comunidade, de como promover uma educação que concorra para a formação de “(...) cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial e que compreendem que as diferenças sociais, culturais e raciais não determinam inferioridade e, sim, diversidade” (CAMPOS; SILVA, 2011, p. 75).

A implementação das diretrizes, por meio do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, envolveu um conjunto de ações que procuram transcender os limites das aulas de História e envolver os sujeitos em todos os espaços da educação. Em síntese, segundo Guimarães, 2012,

Evidencia-se no texto do documento a necessidade de assegurar a formação inicial e continuada de professores, adequada não só para o ensino dessas temáticas, mas para as ações educativas multiculturalmente orientadas. Isso requer profundas transformações nos currículos, nos projetos pedagógicos dos currículos superiores e na formação dos formadores de professores (GUIMARÃES, 2012, p.84).

Vale destacar que as leis e pareceres aqui mencionados não se resumem a mera inclusão dos conteúdos sobre História da África e Afro-brasileira na tentativa de rever os currículos existentes que traduzem a visão eurocêntrica com a qual foram construídas a História e os modelos curriculares atuais. Para além desse debate curricular, pretende-se possibilitar o tratamento da temática das Relações Étnico-raciais no cotidiano escolar com debates e práticas que se direcionam ao combate à discriminação e ao racismo. Outro ponto de discussão se refere aos atores que protagonizam a implementação desses debates. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais sugerem que professores de História, Português e Arte atuem em suas áreas desenvolvendo ações pedagógicas. No entanto, é pertinente que todos os que atuam na educação tenham ciência de seu papel como formador

de cidadãos críticos e reflexivos que, acima de tudo, valorizem e respeitem a diversidade étnico-racial em seus espaços educacionais.

Guimarães (2012) destaca que todas essas leis, políticas públicas e ações afirmativas e todas as suas diretrizes, devem confluir para o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação escolar. Para tal propósito, a escola deve incentivar e promover ações pedagógicas que executem as propostas contidas nas políticas educacionais, bem como, desenvolvam projetos e práticas institucionais sistematizados. Dessa forma, defendemos uma formação continuada de professores que se dedique ao estudo e compreensão das concepções fundamentais para as relações étnico-raciais, assumindo postura crítica, reflexiva e ética diante da diversidade étnica e cultural.

### **Racismo e o espaço escolar**

Quando utilizamos o termo “*Relações Étnico-raciais*” estamos nos referindo às vivências cotidianas de grupos étnicos que compõem nossa sociedade em sua multiplicidade e diversidade sociocultural. Dessa forma, almeja-se alcançar, nestas relações sociais, uma vivência harmoniosa e humanizada entre grupos de diversas etnias onde os direitos naturais, que são garantidos ao homem e ao cidadão, estão contemplados a todos com acesso pleno aos seus direitos e deveres como cidadão onde respeito, alteridade e tolerância são elementos básicos para o combate ao racismo e ao preconceito racial.

Assim, para Gomes (2011), define as relações étnico-raciais como sendo,

Relações imersas na alteridade e construídas historicamente nos contextos de poder e das hierarquias raciais brasileiras, nos quais a raça opera como forma de classificação social, demarcação de diferenças e interpretação política e identitária. Trata-se, portanto, de relações construídas no processo histórico, social, político, econômico e cultural (GOMES, 2011, n.p.).

A expressão “*étnico-racial*” surge em um contexto teórico, social e político em que as discussões sobre a concepção de raça e sua resignificação epistemológica são articuladas em diversas áreas do conhecimento. Tal resignificação de raça aponta para a dimensão social e política atual que visa superar a concepção biológica do século XIX, na qual se defendia a classificação da humanidade com base em raças superiores e inferiores. Sendo assim, ao nos referirmos ao termo raça, e suas varias formas de manifestação, estamos tratando da concepção social “(...) dado seu teor político e ideológico utilizado para explicar a realidade das



manifestações racistas, preconceituosas e discriminatórias a partir do critério das diferenças fenotípicas (MULLER, 2009,).”.

Nessa perspectiva apontamos como centro epistemológico da expressão “étnico-racial” a fundamentação em questões pertinentes à população negra brasileira. Questões que devem ser discutidas para além da classificação racial e dos fenótipos que as definem. A realidade do negro brasileiro deve ser compreendida em sua dimensão simbólica, política, mítica, territorial e de identidade.

Quando aproximamos a escola do debate sobre as Relações Étnico-raciais no Brasil, nos deparamos com relações conflituosas e embates que nos exigem o domínio teórico de conceitos como racismo, identidade, etnia, entre outros. A compreensão destes conceitos é pertinente às reflexões, ações pedagógicas e formativas as quais nos propomos a desempenhar para uma educação emancipatória.

### **Conceitos pertinentes para a discussão de Relações Étnico-raciais**

Lançando um olhar panorâmico sobre a história de nossa sociedade brasileira, identificamos, sem muito esforço, uma sociedade construída, no pós-abolição, com bases em uma cultura e política de desigualdade, na qual a dominação e a violência recaíram sobre o povo negro (LIMA, 2008). Esse contexto fortaleceu as práticas racistas, ainda hoje existentes em nossas relações sociais, e, por conseguinte, em nossos espaços escolares. Não temos o objetivo de nos aprofundar, neste momento, nos tipos de racismo existentes em nossa sociedade, no entanto, acreditamos que compreender melhor as concepções sobre o racismo e como ele se manifesta entre nós, é um caminho eficaz para uma educação que tenha em seus objetivos o combate ao racismo, como defende Gomes (GOMES; MUNANGA, 2005),

O entendimento conceptual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os (as) educadores (as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores (GOMES; MUNANGA, 2005, p. 148).

Reafirmamos, neste sentido, nossa preocupação constante com uma formação continuada que venha fornecer as ferramentas de ensino e aprendizagem necessárias aos docentes para que estes possam atuar no combate ao racismo e no fortalecimento da identidade étnico-racial dos afrodescendentes.

Dessa forma, apresentamos uma versão didática dos conceitos de Raça e Racismo, Etnias Negras, Preconceito e Discriminação Racial que podem ser amplamente discutidos sob a perspectiva de nossas vivências pessoais e coletivas no cotidiano escolar e fora dele.

### ***Raça e Racismo***

Consideremos o pensamento de Muller (2009, p.18) que enfatiza que “Raça não existe do ponto de vista da biologia e da genética. Mas existe no imaginário social, portanto é uma construção social”. Neste sentido, assumimos no termo raça sua ressignificação atual para atuar como agentes de combate ao racismo estrutural que está enraizado em nossa sociedade.

A utilização do termo Raça por alguns pesquisadores, intelectuais e militantes do Movimento Negro, se justifica pela presença do tratamento classificatório que discrimina o negro por meio de seus traços físicos de forma que a condição social e cultural é sempre inferiorizada em detrimento dos não negros. Menciona-se, ainda, o histórico dos escravizados no Brasil que marca de forma negativa a valorização e a construção das identidades negras brasileiras.

Abordamos o Racismo de forma conceitual e como um elemento das relações étnico-raciais em seu caráter ideológico e, em seguida, como um ato criminoso. Assim destacamos que “Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos.” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p.12). Dessa forma, o racista se pauta nas diferenças físicas e culturais de um indivíduo ou de um grupo para justificar seus ataques.

O racismo estruturado que existe em nosso país, ilude a muitos com a noção de igualdade e equidade. A quem defenda uma democracia racial menosprezando todas as evidências, comportamentos e vivências racistas que se repetem maciçamente em repetidas vezes com os negros e pardos brasileiros.

No contexto jurídico reafirmamos que Racismo se constitui crime previsto em lei. A Constituição Federal de 1988 garante em seu artigo 3º, inciso XLI, que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988)”. Ainda no Artigo 5º, “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (BRASIL, 1988). Conhecida como “Lei Caó”, proposta pelo jornalista, ex-vereador e advogado Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, em 1989 a Lei 7716/89 determinava a igualdade racial e constituía como crime a intolerância religiosa. A pena para o

crime de Racismo é de um a três anos de reclusão e multa. Cabe ressaltar que a Lei prevê que certas atitudes podem ser consideradas Crime de Racismo ou Injúria Racial. A última é tipificada quando as ofensas são expressas por meio de xingamentos a um determinado tipo de pessoa. Vale ressaltar que, embora a pena seja mais branda em casos de Injúria Racial, isso não torna o racista menos racista.

### ***Etnias Negras***

Amplamente utilizado entre alguns intelectuais que não assumem o termo Raça por sua gênese biológica, o conceito de Etnia designa, entre outras definições, um grupo de pessoas que se reconhecem pela mesma origem ancestral, identidade cultural, língua, costumes e outros aspectos culturais em comum e que compartilham suas experiências e pertencimento.

No contexto brasileiro apontamos a etnias negras nas raízes históricas socioculturais e políticas que forjaram a formação da população brasileira à partir do contexto do escravismo africano, bem como nas relações que se estabeleceram ao longo da história do negro no Brasil e sua ligação com as vivências e experiências atuais que remetem a sua ancestralidade africana.

### ***Preconceito e Discriminação Racial***

Segundo Gomes (2005, p. 54), “O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo”. Nesse sentido, compreendemos o preconceito como uma opinião pautada na antecipação dos fatos sem conhecimento prévio. A discriminação racial, no entanto, apresenta-se com uma intencionalidade de distinção por consequência de uma noção de que o outro seja inferior pela sua cor de pele, origem, etnia.

### ***Identidade e Diversidade Étnico-racial***

Compreendemos a escola como um componente significativo na construção identitária dos sujeitos. Dessa forma os sujeitos que nela estão inseridos não podem ficar alheios a diversidade étnico-racial e cultural que emergem nas relações e vivências diárias no contexto escolar. Neste sentido,

“[...] pensar a diversidade étnico-cultural na formação de professores/as implica dar destaque aos sujeitos e às suas vivências nos processos históricos e socioculturais que acontecem dentro e fora da escola (GOMES, 2011, p.21)”.

Seguindo uma perspectiva crítica na formação de professores para desenvolverem um trabalho voltado para a diversidade étnico-racial, Moreira (2011) nos apresenta alguns pontos de reflexão sobre nosso fazer docente. Segundo o autor, em nossos processos formativos, não

podemos ignorar as questões sobre a diversidade na escola e os conflitos que surgem a partir dessa diversidade, daí a necessidade de favorecer a aprendizagem de habilidades necessárias à promoção de um diálogo crítico e autocrítico. Neste processo dialógico que pode fazer parte de nossas reflexões e planejamentos periódicos, podem ser abordados, por exemplo, os preconceitos e estereótipos racistas internalizados em nós, e que nos limitam como sujeitos éticos e combatentes ao racismo escolar.

Isso significa segundo Gomes (GOMES; MUNANGA, 2005), ter o entendimento que os conceitos teóricos estão ligados às experiências concretas, e essas experiências podem nos conduzir a uma mudança de valores, significados e ações. Pontuamos, ainda, a relevância de estarmos comprometidos com a diversidade, a promoção de momentos e espaços reflexivos e ativos sobre a questão étnico-racial.

## ***MAIS SOBRE O TEMA***

As discussões sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais e questões raciais são balizadas pela legislação educacional brasileira, bem como em referências consolidadas sobre a temática. Dessa forma, apresentamos algumas indicações pertinentes para um estudo mais aprofundado do tema:

### ***Legislação***

- ✚ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996. Art.26-A;
- ✚ Lei 10.639/2003;
- ✚ *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Afro-brasileira e Africana* (DCN's, 2004);
- ✚ Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;

### ***Leitura Recomendada***

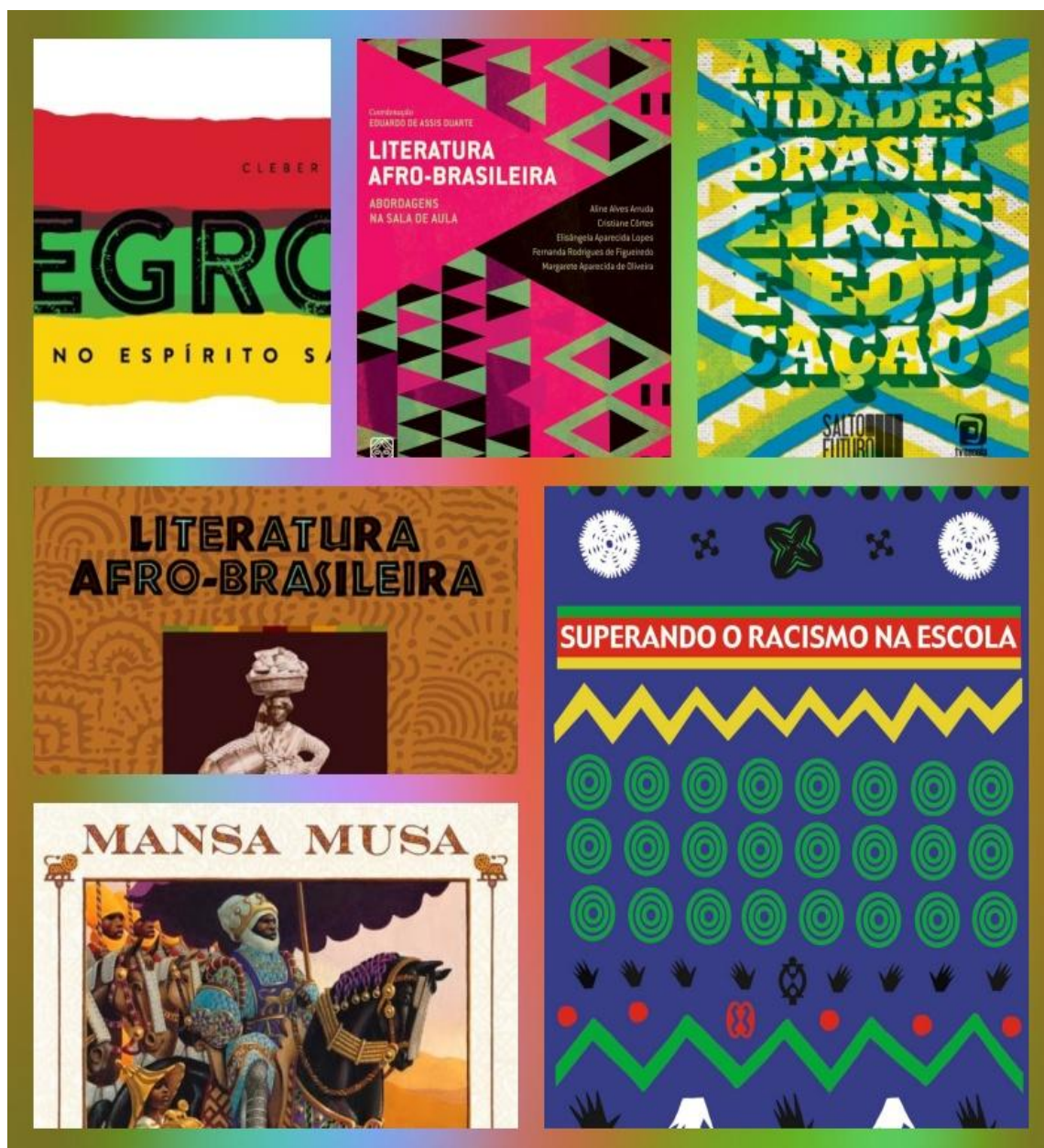
- ✚ Educação e diferenças: os desafios da Lei 10.639/03. Maria Lúcia Rodrigues Muller;
- ✚ Africanidade(s) e Afro-descendência (s): perspectivas para a formação de professores.
- ✚ Superando o Racismo na Escola - Kabengele Munanga (org.)

- Negros no Espírito Santo – Cleber Marciel;
- Raças e Etnias: Adolescentes e Jovens para a Educação entre pares – Unfpa;

### *Vídeos e Filmes*

- Educação e Relações Raciais: Apostando na Participação da Comunidade Escolar.
- Educação e Relações Raciais: Diálogos Brasil e África do Sul.

### *Capas*



Fonte: Elaborado pelos autores



## Educação para as Relações Étnico-raciais

É pertinente ao processo formativo, estar em atividade constante de reflexão e crítica. Sobre a construção de sua educação para as relações étnico-raciais, em um exercício de memória percorra desde a infância até a idade adulta, no contexto escolar e familiar, procurando situar a educação para as relações étnico-raciais como parte componente de seu percurso educacional.

### MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

1. Como fui construindo minha educação étnico-racial?
  - a) Na infância:
  - b) Na Adolescência:
  - c) Na Juventude:
  - d) Hoje:
2. Quais as memórias de convivência com afrodescendentes?
3. O que a vida me ensina com esse percurso?

Fonte: Elaborado pelos autores

Veja alguns relatos sobre a experiência de Memória Étnico-racial, feitos por Docentes/Cursistas do Curso “Africanidades nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”:

*“Meu primeiro namorado era negro, com dreads nos cabelos. Quando fui apresentá-lo para meu pai, vi nos olhos dele que não gostou, pois ele era racista, e infelizmente se perpetua até hoje.”* (Docente 1)

*“Na juventude não evidenciei relações que pudesse remeter sobre o tema, apenas na faculdade em que meu pai destratou um professor da faculdade que é negro e esteve em minha residência procurando por mim. Ele não sabia que era professor universitário e advogado.”* (Docente 2)

*“Meu pai, casado com uma negra, é muito racista, ainda bem que este sentimento não me foi atribuído. Minha melhor amiga sofria discriminação, mas não entendia o motivo de tal sentimento. Hoje eu entendo que era puro racismo.”* (Docente 3)



Revisitar nossa construção como sujeitos sociais inseridos em uma cultura diversificada e multirracial é forma de buscar momentos de introspecção em nossas ações como docentes e nossa reconstrução subjetiva, tendo como ponto de partida as experiências positivas e negativas de nosso percurso educativo nas relações étnico-raciais.

Conheça esse Poema:

**Incursões Sobre a Pele - Nei Lopes**

*É preciso não carregar  
a pele como um fardo.  
[Guerreiro Ramos]*

Eu, por mim, sinto a pele  
Como um terno  
Um hábito fraterno  
Um costume propício,  
E não um vício.

Eu, por mim, sinto a pele  
Nem fardo, nem farda  
Apenas embalagem  
Feita para viagem

Sinto a pele  
Como um fato  
Da cor do Homem  
Da História  
Da Luta e da Vitória (...)  
*(Poética, p. 28)*

*E aí? Como você sente sua pele?*

## VOCÊ É RACISTA?

Para provocar uma reflexão sobre o tema, existe uma série de vídeos que abordam experimentos sociais sobre o racismo como o “Teste da Boneca”, “Racismo Institucional” “Você é Racista”, entre outros, que consistem em simular situações reais do cotidiano onde apresentando comportamentos e frases racistas que estão naturalizados em nossas relações sociais. Estes vídeos estão disponíveis em sites da web e nós disponibilizamos alguns títulos aqui:

✚ “Teste da Boneca”, “Racismo Constitucional”. “Você é Racista?!”, Outros...

## QUE TAL PASSAR ADIANTE?

*Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.*  
(MANDELA, 1995)

## JOGO DAS PLACAS

No sentido de fixar os conceitos discutidos neste módulo propomos uma dinâmica na qual apresentamos situações cotidianas de racismo, preconceito, discriminação racial, entre outros. A cada frase os participantes erguem as placas correspondentes classificando as situações quanto a discriminação, racismo, etc.

Vamos tentar?

A cada frase, indicamos uma placa com a resposta mais adequada a situação.



*Frase 1: “Uma cliente se recusa a ser atendida por uma manicure negra.”*

*Frase 2: “O jogador de futebol é vaiado e xingado por torcedores que o chamam de macaco.”*

*Frase 3: “Afirmar que toda negra sabe sambar, é boa de cozinha ou é boa em trabalhos domésticos”.*

***Qual a sua resposta?***



Sabemos que as dúvidas são muitas, mas o refazer é constante. Fechamos nossa Roda de Conversa, refletindo sobre as ações que podemos somar a nossa prática educativa antirracista.

***Viva a Diversidade Étnico-racial!***

## **MÓDULO II**

### **Africanidades Brasileiras**



Olá, professor!

Vamos abordar neste módulo o conceito de Africanidades e o quanto ele está presente na cultura brasileira, além de propor uma reflexão sobre teorias historiográficas e conceitos africanistas empregados nos livros didáticos na atualidade. Apontaremos caminhos para ressignificar a História e a cultura africana e Afro-brasileira em nossos processos de ensino e aprendizagem, além de procurar identificar os principais elementos constitutivos da cultura Afro-brasileira: ciência, tecnologias, literatura, religião, gastronomia e sua relação com os conteúdos abordados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Vem comigo!

## O que são Africanidades e as Africanidades Brasileiras

Para bem compreendermos o conceito de Africanidades abordado em nossa pesquisa, e utilizado como escopo do conteúdo de nossa formação continuada, trazemos, de forma sintetizada, as definições e perspectiva dos autores Kabengele Munanga e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, principais referências no tema na atualidade. Partindo do pensamento de Munanga (*apud* OLIVEIRA, 2015) delimitaremos o termo em sua vertente histórica na qual o conceito de Africanidade (no singular) passa por uma trajetória que remete aos traços culturais comuns de comunidade no contexto africano:

Podemos, grosso modo, afirmar que a africanidade é um conjunto de traços culturais e históricos comuns a centenas de sociedades da África subsaariana. É uma comunidade que se fundamenta na similaridade de experiências existenciais e de esforços pacientes para subtrair do solo os produtos para a sobrevivência material. O conteúdo da africanidade é o resultado de um duplo movimento de adaptação e de difusão (MUNANGA; OLIVEIRA, 2015, p.19).

Nesse contexto, identificamos como africanidade toda a produção cultural destes povos e seus elementos políticos, econômicos, religiosos, artísticos, filosóficos, entre outros, que remontem a uma unidade na diversidade, tanto tradicional, que evoque a ancestralidade, quanto na modernidade histórica, cujo sentido se traduz no despertar da consciência moral, do pertencimento e da resistência. A singularidade do termo, verificada pelo autor na literatura africana especializada, refere-se à ideia de unidade preservada na diversidade. Adiante, o autor, admite o pluralismo agregado ao termo Africanidades, no contexto brasileiro, como sendo aquilo que remete aos elementos da herança africana que superaram a diáspora, e, em nosso caso, Africanidades Brasileiras, traduzem, pois, uma identidade com base na cultura africana, que reconhecemos como parte de nós (MUNANGA; OLIVEIRA, 2015, p. 24).

No intuito de esclarecer os significados e as possibilidades das abordagens pedagógicas nas Africanidades Brasileiras, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, define:

A expressão africanidades brasileiras refere-se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, queremos nos reportar ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros e, de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (SILVA, 2009).

Assim como Munanga, a autora aponta para a base ancestral africana na qual se sustenta e desenvolve os elementos da cultura brasileira. Para a autora, ensinar e aprender Africanidades brasileiras significa enredar-se pelo modo de perceber, viver, e conviver lutando por dignidade, que seja próprio dos descendentes de africanos que “[...] ao participar da construção da nação

brasileira, vão deixando, nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências, e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as daqueles (SILVA, 2009)”.

Dessa forma, identificamos as Africanidades brasileiras em representações e saberes em uma infinidade de áreas. Na gastronomia, a exemplo da feijoada e todos os signos presentes na sua composição. Elementos que ultrapassam ao simples preparo do alimento para o corpo, mas expressam a reconstrução de um povo pós-diáspora africana. Há Africanidades reconstruídas por meio dos sincréticos rituais religiosos, na expressão espiritual dos orixás que assentam os terreiros de Umbanda e Candomblé, entre outros. Nos rituais de oração dos curandeiros e benzedeiros. Na ancestralidade da dança e da capoeira que se expressam por meio dos corpos negros, toda a sua histórica identidade musical com movimentos que se fundem em dança e luta, no samba, no pagode, no funk, no Rap.

Os remanescentes linguísticos como o Yorubá, que se dissiparam em nosso idioma brasileiro, manifestam-se na literatura, nos contos, nas produções acadêmicas, termos, frases e expressões popularizadas em nossa cultura. Temos Africanidades nas manifestações culturais e religiosas que se espalham nas festas tradicionais regionais por todo país. No Congo Capixaba, no Jongo e nas Folias de Reis, do interior do Espírito Santo. Nas técnicas de plantio e cultivo e preservação de alimentos. Nas trançadeiras que transmitem seus conhecimentos e agregam novos conceitos da estética negra, valorizando a identidade e autoestima dos negros. Enfim, há Africanidades nos saberes que conduzem o trabalho o pensamento, a construção identitária, as relações sociais e culturais estruturadas na História do Brasil.

Assim sendo, quando delimitamos o campo das Africanidades como nosso conteúdo de estudo, consideramos a interdisciplinaridade das áreas de conhecimento aliada aos princípios do respeito, reconstrução do discurso pedagógico e estudo da recriação das diferentes raízes da cultura brasileira, estando presentes em diversos conteúdos e metodologias dessas diferentes áreas de conhecimento privilegiando saberes como: a Música, a Dança, a Matemática, a Educação Física, a História, a Arte, a Literatura e a Língua Portuguesa, entre outros.



### *Tópicos em História da África e Afro-brasileira: refletindo sobre os conteúdos programáticos*

Os debates sobre o conteúdo específico de História da África, embora não seja o ponto específico de nossa discussão na formação continuada, podem ser desenvolvidos em um processo formativo para atender as demandas formativas dos docentes. Em uma reflexão crítica, consideramos que os mesmos passam por uma intensa discussão teórica em torno da revisão metodológica necessária nos processos de formação. Nesse contexto Oliva (2006), aponta os principais componentes de uma formação para o Ensino de História da África, tanto na formação inicial, quanto continuada, que nós não podemos ignorar. Para ele deve-se,

[...] criar condições para que nossos futuros docentes identifiquem e superem as armadilhas teóricas e os argumentos que lançam sobre a África um olhar pejorativo. Parte fundamental desse exercício consiste na revisão da historiografia africana e africanista e no uso adequado dos conceitos e categorias empregados nos estudos sobre a África (OLIVA, 2006, p. 212).

Para Guimarães (2013), esses processos formativos devem promover a reflexão dos docentes sobre as repercussões diretas e indiretas no ensino e na aprendizagem de História, ao que julga ser,

[...] uma possibilidade de combater o etnocentrismo europeu, o “europocentrismo” tão arraigado no ensino de História. Significa também debater e repensar alguns dos elementos constitutivos da educação e do ensino de História, tais como a historiografia [...]; currículos, identidades e culturas (...); livros e materiais didáticos escolares, metodologias de ensino [...] e avaliações (GUIMARÃES, 2013, p.74-75).

Estes componentes, segundo a autora, passam pela construção de valores e ideais socioculturais que podem contribuir para a exclusão ou, em sua melhor forma, para práticas inclusivas e de combate ao racismo, perpassando pelo princípio da alteridade e fortalecendo a cultura do respeito às identidades e a igualdade de direitos. Neste ponto observamos a importância de se estabelecer a reflexão e o debate teórico e político sobre tais componentes em nossos processos formativos.

Pantoja (2004) segue esse debate ao salientar que as controvérsias conceituais sobre a História da África, que estão presentes nos currículos escolares, estão fundamentas, em produções bibliográficas e teóricas com viés eurocêntrico, construídos sob uma perspectiva ocidental cristã. Sobre a desinformação transmitida e reproduzida na historiografia educacional, a autora, diz que,

Com relação ao continente africano, portanto, a desinformação é completa e o silêncio é perturbador. O silêncio diz muita coisa: historicamente o continente é visto invariavelmente como fornecedor de escravos. Hoje em dia urge suprir as muitas falhas referentes ao ensino da dinâmica da História da África e das diferentes abordagens da cultura negro-africana além das relações daquele continente com as Américas e não só com o Brasil (PANTOJA, 2004, p. 21-22).

Compreendendo a História da África como parte do conhecimento geral e universal, Pantoja (2004) exemplifica temas comuns de serem abordados de forma controversa ou simplesmente silenciados. Há uma tendência de reduzir a História da África a partir da escravidão Atlântica, ignorando o período da Antiguidade de suas civilizações, ou, ainda, desconsiderando a multiplicidade e diversidade africana. Alerta para os riscos de se estudar a África e forma fragmentada, e adverte “Contudo, advogo a necessidade de que o ensino de História da África seja feito de maneira global e não parcelar (PANTOJA, 2004, p. 22)”.

Dessa forma, destacamos a necessidade de atenção aos estudos recentes, produções bibliográficas, reorganizar os conteúdos programáticos a partir das novas descobertas, desfazer equívocos anacrônicos e imprecisões históricas são algumas das ações que procuramos desenvolver como ponto de partida para o debate formativo com a pretensão de apresentar uma abordagem crítica e reflexiva, além de dar suporte metodológico para uma educação antirracista.

## ***MAIS SOBRE O TEMA***

### ***Leitura Básica***

- ✓ Coleção História Geral da África. 8 volumes, UNESCO. (Disponível para Download);
- ✓ Origens Africanas do Brasil Contemporâneo - Kabengele Munanga - Gaudí Editorial, 2012;
- ✓ História do Negro no Brasil. O negro na sociedade Brasileira - Kabengele Munanga - Fundação Cultural Palmares, 2004;
- ✓ O Negro no Brasil de Hoje: história, realidades, problemas e caminhos - Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga - Ação Educativa, 2004;
- ✓ Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português - João Fragoso (Et al) - Edufes, 2014;

### ***Cinema***

- ✓ Hotel Ruanda, 2004 ;
- ✓ O último Rei da Escócia, 2006;
- ✓ Invictus, 2009;
- ✓ Diamante de Sangue, 2007;
- ✓ Um Grito de Liberdade, 1987;
- ✓ Cara Gente Branca. Filme e série, 2014.
- ✓ Pantera Negra, 2018;
- ✓ Rainha de Katwe, 2016;
- ✓ Kiriku e a feiticeira, Animação, 1998.
- ✓ Amplie sua lista.

Destacamos que essas indicações são propostas que podem contribuir em uma busca mais assertiva na vastidão de referências e produções na literatura, no cinema, nos sites, bibliotecas e plataformas especializadas em projetos pedagógicos e temáticos. Desenvolva o hábito da busca por novas referências e fontes de conhecimento.



## História da África e Africanidades

Vamos começar a conversa procurando responder aos seguintes questionamentos:

- Qual África conhecemos? A dos filmes, da TV, da escola, do Livro didático;
- Qual África devemos conhecer? Sobre os aspectos da diversidade Histórico-cultural;
- Por que conhecer a África? Objetivos Acadêmicos, Pedagógicos, Intelectuais, etc.;
- Como e porque trabalhar a África na escola? Relações entre ensino e aprendizagem.

Já assistiu a esse vídeo? São apenas 22 min.

*“Os perigos de uma história única.”*

*Chimamanda Adichie.*

<http://youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>

## ESTUDANDO SOBRE ÁFRICA

A partir da discussão sobre o vídeo “Os perigos de uma História única”, apresentamos alguns pontos que podem ser relevantes para uma introdução aos estudos sobre África. Isso, partindo do entendimento que, para além de nossas práticas didáticas e atuação docente, o estudo de História da África pode ser compreendido, inclusive, como parte do conhecimento intelectual. Deste modo, propomos tópicos de estudo que servem a uma introdução à História da África, seja em seu caráter formativo, quanto para o domínio de assuntos do conteúdo de nossas aulas.

## Localização geográfica

A utilização de mapas para situar a localização do Continente africano é uma didática assertiva. Principalmente se aliarmos uma comparação regional, política e sociocultural com elementos geográficos. Conhecimentos básicos de geografia nos auxiliam nessa abordagem.

### África Colonial – 1924



Fonte: pt.dreamstime.com

### Mapa Político – Atual



Fonte: [pt.dreamstime.com](http://pt.dreamstime.com)

É importante compreender as divisões Geopolíticas do continente Africano, bem como suas ilhas, como parte do processo de formação dos Estados e unidades independentes, após o colonialismo. Vale ressaltar que o processo de descolonização da África se desenrolou durante o século XX. Desse modo, temos a seguinte divisão geopolítica:

- ✓ África do Norte é composta pelos seguintes países: Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia.
- ✓ África Ocidental (Oeste): estão ali o Benin, Camarões, Costa do Marfim, Nigéria, Serra Leoa e muito mais.
- ✓ África Oriental (Leste): Os seus países mais conhecidos são a Somália, o Sudão, o Quênia, a Tanzânia, e outros.
- ✓ África Central: Entre os exemplos de países temos Angola, Gabão, Chade, Ruanda, etc.
- ✓ África Setentrional: Lesoto, África do Sul, Namíbia, Zâmbia, e outros.
- ✓ África Insular: Dentre as ilhas mais conhecidas estão Madagascar, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.



## Sociedades, Civilizações e culturas Africanas

Devemos considerar a diversidade africana nos aspectos biológicos, antropológicos, linguísticos e culturais tendendo a nos distanciar de considerações e distorções que nos fazem reproduzir a África como uma unidade, heterogênea e homogênea. Isso sem incorrer em comparações com outros modos de vida, tão pouco rivalizar o que consideramos ser tradicional e moderno dentro das africanidades discutidas.

Segundo Munanga (2012),

A unidade geográfica do continente africano abriga diversidades biológicas, linguísticas e étnicas ou culturais. Com raras exceções, os atuais Estados africanos são multiétnicos, ou seja, são compostos por certo número, por vezes centenas, de sociedades que falam línguas diferentes e possuem escala de valores, crenças religiosas e instituições políticas e familiares distintas (MUNANGA, 2012, p.21).

Sendo assim, do ponto de vista antropológico, podemos identificar dois grandes grupos ao Norte e ao Sul do deserto do Saara. O grupo Árabe-berbere (descendentes de líbio, semitas, fenícios e assírios, entre outros). Já no caso da África Subsaariana, observamos uma variedade de traços morfológicos, tais como os tons de pele e estatura, que distinguem seus habitantes.

MUNANGA (2012) caracteriza, e situa, os *grupos negroides* africanos pelas seguintes diferenças antropológicas:

- ✓ Melano-africanos: Congolenses, sudaneses, guineenses, sul-africanos e nilóticos;
- ✓ San: Conhecidos de forma pejorativa como bosquímanos. Ocupam o deserto do Kalahari;
- ✓ Khoi-Khoi: Vivem na parte sudoeste da África, nas proximidades do rio Orange;
- ✓ Pigmeus: Encontram-se no Gabão, República dos Camarões, Ruanda, entre outros;
- ✓ Etíopes: Ocupam a parte oriental da África.

Note que essa caracterização, tem por finalidade principal a didática, e foi assim estabelecida, mesmo que de forma sintetizada, como facilitadora na condução das discussões a cerca da diversidade dos povos africanos. Não temos a intenção, pois, de minimizar as complexidades existentes na composição de um povo, sua identidade e coexistência sociocultural.

## Principais Famílias Linguísticas

Na tentativa de classificar as mais de 800 línguas faladas no continente africano, os linguistas estabeleceram quatro grandes famílias linguísticas (MUNANGA, 2012):

- ✓ Família Afro-Asiática: são as línguas dos berberes do nordeste da África, dos Haussás, dos cuxitas, entre outros;
- ✓ Família Nilo-Saariana: nelas estão incluídas as línguas faladas na região do Rio Nilo;
- ✓ Família Khoi-San: ela agrupa as línguas faladas pelos Khoi-Khoi e San, e, ainda, em algumas ilhas na Tanzânia;
- ✓ Família Níger-cordofaniana: reúne as línguas da maioria das populações da África subsaariana;
- ✓ Família Malaio-Polinésia: línguas faladas em Madagascar;
- ✓ Banto: Palavra linguística que define um complexo de etnias e sociedades com diferentes culturas, no entanto, possuem línguas pertencentes à mesma família linguística (MUNANGA, 2012).

E por aqui nós temos: **BATUQUE = BERINBAU = INHAME = SAMBA = ZUMBI = TUTU = CHUCHU DENGU = CACHIMBO = QUILOMBO**

### UBUNTU

A filosofia UBUNTU, que você talvez já tenha ouvido, não está apenas aplicada ao Sistema Operacional de computadores que utilizam códigos livres e colaborativos. A gênese do conceito está ligada a língua Zulu africana. Podemos identificar em suas traduções os termos: acolhimento, respeito, cooperação, generosidade.

### SANKOFA

A *Sankofa* faz parte do conjunto de ideogramas *Adinkra* dos povos *Akan* com origem em africana. Sankofa, como provérbio cultural significa, no entanto, “nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás”. O que constitui o símbolo de sabedoria no qual o retorno ao passado, e compreendido como forma de melhorar o presente e construir o futuro (OLIVEIRA, 2016). O ideograma da Sankofa é representado, quase sempre, por um pássaro que voa pra frente com a cabeça voltada para trás.



“Olhar para trás para seguir em frente” (Sankofa).

### Civilizações da Antiguidade

Fazemos um sobrevoo sobre as Civilizações e Impérios que se destacaram na Antiguidade africana, apontando para estudos futuros. Recorremos aos especialistas em afirmar que podemos considerar a África como um continente que é o “Berço da Humanidade” haja vista que nele surgiram os primeiros ancestrais dos homens modernos. Daí para a formação das Antigas Civilizações africanas, damos um salto temporal.

Vamos desafiar nosso conhecimento prévio sobre alguns exemplos sobre as civilizações e impérios da Antiguidade africana:

<b>A) Civilização Egípcia</b>	( ) Quando o português colonizador Diogo Cão encontrou este reino esta já se erguera por quase um século e de muito prestígio na África Central.
<b>B) Civilização Cuxita</b>	( ) Por séculos a História tem negado a origem negra africana dessa civilização.
<b>C) Império de Gana</b>	( ) Sua história está ligada a de uma criança chamada Sundiata que, quando adulto, vingou a morte de seu pai e tornou-se o rei com título de Mansa.
<b>D) Império de Mali</b>	( ) Localizava-se no Vale do Alto Nilo, próximo a região onde hoje se situa o Sudão.
<b>E) Reino do Congo</b>	( ) Civilização do Ouro, sobre o deserto do Sahel, tinha duas capitais: uma muçulmana e outra com religiões tradicionais.

Fonte: Produzido pelos autores

Você pode acrescentar outros povos a esses exemplos?

---

---

(E34D)BC)

## AFRICANIDADES BRASILEIRAS

Identificar as Africanidades brasileiras passa pelo reconhecimento das identidades negras em diversas áreas do conhecimento produzido no Brasil e pelos processos pelo qual passaram todas as construções materiais e imateriais presentes atualmente em nossa sociedade, sem se desvincular de sua ancestralidade africana.

Africanidades brasileiras, pois, ultrapassam o dado ou o evento material, como um prato de sarapatel, uma apresentação de rap. Elas se constituem nos processos que geraram tais dados e eventos, hoje incorporados pela sociedade brasileira (SILVA, 2009, p. 26-30).

Dentre as várias finalidades de se aprender e ensinar sobre as Africanidades Brasileiras, a autora pontua:

- Ensinar e aprender como os descendentes de africanos vêm, nos mais de quinhentos anos de Brasil, construindo suas vidas e suas histórias, no interior do seu grupo étnico e no convívio com outros grupos;
- Conhecer e aprender a respeitar as expressões culturais negras que compõem a história e a vida de nosso país, mas, no entanto, são pouco valorizadas;
- Compreender e respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar;
- Discutir as relações étnicas, no Brasil, e analisar a perversidade da assim designada democracia racial;
- Refazer concepções relativas à população negra, forjadas com base em preconceitos (SILVA, 2009).

Nesse sentido percorremos o Patrimônio Histórico da Cultura Material e Imaterial do Brasil e por eles reconhecemos africanidades brasileiras presentes nos diversos processos de reconstrução da identidade africana, a partir da vivência sociocultural brasileira, presentes na arte, na vida cotidiana, do sustento do corpo e da alma. Entre eles, destacamos:

- O Samba de Roda da Bahia, o Jongo de Itapemirim - ES e regiões, o Congo Capixaba, a Umbigada, a Congada Mineira, o Boi-Bumbá, as folias de Reis, a Capoeira, o Maracatu, Batuques, Olodum e tantos outros. O Barroco brasileiro de Aleijadinho e Mestre Didi, a literatura de Luíza Mahin, os Coletivos e Movimentos de representatividade organizados em diversos Estados, as Irmandades Católicas, os pintores negros da Academia Imperial de

Belas Artes no Brasil, no século XIX, o Caximbo, o cochilo, a fofoca, a Macunaíma, o Dom Casmurro, os Malês, os quilombos, as Ruth de Souza e uma infinidade de referências, mais.

Compreendemos que esse tema requer aprofundamento e dedicação para que possamos identificar em nós, quanto mais das Africanidades Brasileiras, pudermos alcançar e disseminar com sentido de reafirmação e identidade.

## **Kizomba, festa da raça**

Em 1988, o Brasil parou para ver a escola de samba Vila Isabel cantar esse Samba-Enredo na Marques de Sapucaí. Cante junto!

Valeu Zumbi  
O grito forte dos Palmares  
Que correu terras, céus e mares  
Influenciando a Abolição.  
Zumbi valeu  
Hoje a Vila é Kizomba  
É batuque, canto e dança  
Gongo e Maracatu.  
Vem, menininha, pra dançar o Caxambu (bis)

Ô ô nega mina  
Anaslácia não se deixou escravizar  
Ô ô Clementina  
O pagode é o partido popular.  
Sacerdote ergue a taça  
Conhecendo toda a massa  
Nesse evento que com graça  
Sente de todas as raças  
Numa mesma emoção.  
Esta Kizomba é nossa constituição.

Que magia  
Reza ageum e Orixá  
Tem a força da Cultura  
Tem a arte e a bravura

*É um bom jogo de cintura  
Faz ralar seus ideais  
É a beleza pura dos seus rituais.  
Vem a Lua de Luanda  
Para iluminar a rua  
Nossa sede é nossa sede  
De que o Apartheid se destrua.*

Podemos identificar as Africanidades nesta canção, desde o gênero musical, aos sons, batuques, letra, melodia e sua presença na diversidade linguística brasileira.

**Abolição:** Anulação, extinção. Nesse contexto, trata-se da extinção da escravatura no Brasil.

**Anastácia:** Escrava símbolo da resistência das mulheres negras escravizadas.

**Apartheid:** Termo do idioma africâner. Significa separação.

**Batuque:** Forma genérica de caracterizar ritmos, danças, cantos e religiões matriz africana.

**Caxambu:** Uma das variações do Jongo em algumas regiões do Brasil.

**Clementina:** Cantora negra brasileira considerada a rainha do canto negro.

**Jongo:** Dança de roda de origem africana.

**Kizomba:** Dança ou ritmo musical de origem angolana.

**Maracatu:** Dança e música que exalta o sincretismo religioso brasileiro.

**Orixás:** Ancestrais africanos divinizados por dominarem os elementos da natureza durante sua vivência na Terra.

**Pagode:** Gênero musical alinhado ao samba brasileiro.

**Palmares:** Quilombo localizado na Serra da Barriga, em Pernambuco.

**Zumbi:** Líder do Quilombo de Palmares, um dos maiores quilombos do Brasil colonial.

*Valer Zumbi!*

**MÓDULO III**  
**Prática de Ensino em Africanidades: Possibilidades Didático-Pedagógicas**



Neste módulo trataremos das experiências pedagógicas com novas imagens e abordagens sobre as Africanidades brasileiras refletindo sobre os conteúdos programáticos, planos de ação, atividades didático-pedagógicas e o calendário escolar. Bem como refletiremos sobre as abordagens atuais dos Projetos Didáticos Pedagógicos com a temática negra desenvolvidos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Procuraremos desenvolver possíveis práticas na construção de novos referenciais teóricos e visuais ressignificando a prática docente por meio do cotidiano pedagógico.

Vamos lá?

### *Práticas de Ensino e Aprendizagem em Africanidades*

Como possibilidades formativas, propomos atividades práticas e reflexivas guiadas pela abordagem da Educação para as Relações Étnico-raciais para o desenvolvimento de atividades que privilegiem as Africanidades em exemplificações de conteúdos em disciplinas como Língua Portuguesa, História, Geografia Matemática, Educação Física, entre outras.

Dedicamos este momento para analisar as matrizes curriculares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e seus eixos norteadores, com a perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais. Por meio de ações didático-pedagógicas e revisitação das possibilidades em cada disciplina, discutiremos abordagens para a promoção do ensino das Africanidades de forma pontual e assertiva. Tomamos como base o documento das “Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais da Educação Básica”, elaborado pela secretaria de educação do Estado de Florianópolis (2016).

Iniciamos nossa análise pelas Ciências Humanas explorando em especial as matrizes de História e Geografia. Destacamos que, para essa área de conhecimento, a proposta nos apresenta como fio condutor, as abordagens que incluam os conceitos de Memória, Identidade e Representações Socioculturais. Considerando que os conteúdos de História e Geografia elencados em sua grade programática para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, são dispostos por eixos ou unidades temáticas, indicamos que os docentes desenvolvam uma abordagem que privilegie esses conceitos, estabelecendo uma relação entre os mesmos e as Africanidades.

Entre os principais pontos temáticos em História e Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a serem desenvolvidos sob a ótica das Africanidades, podem ser atrelados aos conceitos de Identidade, Pertencimento, Representação Sociocultural, sendo abordados por meio de estudo de mapas, estudos de textos, análise de imagens, formação do espaço geográfico, entre outros, nas unidades temáticas.

Em um exemplo, analisamos a unidade temática “A vida Familiar” no livro do 1º ano da Coleção “Buriti Mais História” da Editora Moderna. Esta coleção, em particular, foi a escolha para os anos de 2019 a 2022, na rede municipal de educação de Maratáizes – ES, por isso tivemos acesso de antemão ao volume elaborado com as prerrogativas da BNCC. A unidade que selecionamos como tema de análise se organizava da seguinte forma: Uma unidade com os capítulos: “Em Família”, “Muitos Tipos de Família”, “Toda Família tem História” e “Vivência em Família”. Propusemo-nos a olhar os temas dos capítulos pela perspectiva das Africanidades.





Fonte: Editora Moderna

Dessa forma podemos discutir e refletir sobre as representações apresentadas sobre a diversidade dos formatos das famílias brasileiras, as questões inter-raciais, as imagens relacionadas aos temas abordadas nas aulas e atividades direcionadas a esse conteúdo.

Nas áreas de Ciências Naturais destacamos o estímulo a atividades que privilegiem os conceitos de memória, ancestralidade, corporeidade e diversidade presentes na humanidade, abordados nas temáticas de saúde, corpo, alimentação, podendo ser desenvolvida levando em conta a corporeidade Afro-brasileira, a valorização da estética negra.

Em Códigos e Linguagens, destacamos possíveis trabalhos com a literatura Afro-brasileira e as novas publicações de contos afros e livros paradidáticos que podem ser trabalhados no planejamento. É importante enfatizar que os materiais paradidáticos fazem parte de uma iniciativa pedagógica coletiva, mesmo havendo impeditivos financeiros para a escola, temos alternativas para agregar jogos, livros e vídeos a nossa prática didático-pedagógica.

Ainda sobre a introdução de outras práticas que valorizem nossa iniciativa de consolidar a Educação para as Relações Étnico-raciais em nossa docência, propomos incluir no calendário de datas comemorativas, parte da rotina escolar, elementos das Africanidades Brasileiras, inserido eventos, do calendário Afro disponível virtualmente, além de exemplos das Africanidades Capixaba como o Jongo, O congo e outros elementos regionais. Jogos e brincadeiras do lúdico afro-brasileiro, Cantinhos de Leitura personalizados, representações de personalidades negras de referência nos diversos seguimentos entre outras, ações. Trazemos ainda, a sugestão da formatação de um “Cantinho das Africanidades” a ser colocado nas salas de aula, ou painéis fixos. Trata-se de um espaço permanente dedicado à cultura Afro-brasileira cujo objetivo maior é fortalecer a autoestima dos alunos, a identidade e as relações étnico-

raciais. Isso feito, mesmo quando não há alunos negros nas turmas, como evidenciado por uma docente.

Refletindo sobre as possibilidades e as propostas da Educação para as Relações Étnico-raciais, enfatizando as possibilidades didático-pedagógicas do nosso cotidiano escolar, desenvolvemos, por meio da adaptação das teorias estudadas nessa pesquisa e processo de formação, uma estrutura de ação didático-pedagógica na qual pode se fundamentar nossa prática docente e nortear nosso planejamento de aulas e projetos. Tendo como base o modelo proposto na bibliografia, simulamos uma proposta pautada nas vivências e experiências de nossos docentes/cursistas.

Partindo do princípio que todas as disciplinas abordam temas que possuem altas possibilidades didáticas e pedagógicas para a abordagem das Africanidades, estabelecemos os conceitos mais relevantes a serem desenvolvidos. O esquema foi elencado da seguinte forma: Disciplina/Conteúdo, ligados aos conceitos para a Educação para as Relações Étnico-raciais/Africanidades.

Mapa Conceitual de Planejamento Ensino de Africanidades



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da definição desta estrutura como base para os planejamentos das aulas e projetos com a perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais no campo das Africanidades, podemos elaborar além de nossos planejamentos de aula periódicos, bem como

Proposta de Intervenção Didático-Pedagógica com os temas pertinentes aos seus conteúdos, ou em projetos pedagógicos de alcance disciplinar ou interdisciplinar.

Analisando o documento “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais” (2006), elencamos as ações mais urgentes que poderíamos assumir, em um compromisso com uma educação antirracista. Dessa forma selecionamos práticas pedagógicas e didáticas convergentes com nossa proposta formativa elencadas em Tópicos Pedagógicos de Ação, que foram formatados durante o estudo do texto base e, posteriormente, incluídos em nosso material formativo:

### **Tópicos Pedagógicos de Ação – I**

- A questão racial como conteúdo multidisciplinar durante o ano letivo;
- Reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro sociais, econômicos, culturais, políticos, intelectuais, experiências, valores, etc.;
- Abordar situações de diversidade étnico-racial e a vida cotidiana nas salas de aulas; Combater às posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro;
- Incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e a cultura do povo negro;
- Recusar o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, como postura pedagógica voltada à desconstrução de atitudes preconceituosas e discriminatórias;
- Combater às posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro;
- Incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e a cultura do povo negro;
- Recusar o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, como postura pedagógica voltada à desconstrução de atitudes preconceituosas e discriminatórias (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2016, n. p.).

## **Tópicos Pedagógicos de Ação II – Outras Possibilidades**

- Roda: rompe hierarquias, pratica-se a oralidade, própria para contação de histórias, aprender coletivo;
- Calendário Étnico-Racial: inserido no calendário escolar;
- Ressignificação do 13 de Maio como “Dia de Denúncia e combate ao Racismo”;
- Fortalecer o “20 de Novembro” como “Dia da Consciência Negra”, priorizando ações que valorizem a cultura negra sem simplismos e estereótipos; Contos, Brincadeiras e diversidade: a educação lúdica revela os papéis que as crianças assumem durante as brincadeiras. (Kiriku x Chapeuzinho Vermelho);
- Uso de filmes, vídeos, músicas: propostas para reflexão e criticidade;
- Decorando e informando: Murais, Cartazes, móveis, ponteiros de lápis, entre outros);
- Corpo humano: fenótipos, doenças genéticas, diversidade dos povos, culturas, vestes;
- Contos, Brincadeiras e diversidade: a educação lúdica revela os papéis que as crianças assumem durante as brincadeiras. (Kiriku x Chapeuzinho Vermelho);
- Uso de filmes, vídeos, músicas: propostas para reflexão e criticidade;
- Decorando e informando: Murais, Cartazes, móveis, ponteiros de lápis, entre outros);
- Corpo humano: fenótipos, doenças genéticas, diversidade dos povos, culturas, vestes (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2016, n. p.).

## **Formação de professores para o ensino de Africanidades e suas relações com a Pedagogia Histórico-Crítica**

Seguindo os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, de Demerval Saviani, que postula que a educação precisa, entre outras coisas, superar o senso comum e socializar o saber sistematizado, conduzimos nossa formação continuada de modo que ao final pudéssemos identificar em suas fases as prerrogativas formativas alicerçados na pedagogia e didática Histórico-Crítica. Isso feito de forma dialógica. Retomando os pressupostos da Pedagogia Histórico-crítica, apontamos sua afirmação de que entre as demandas da educação está o compromisso em superar o senso comum e socializar o saber sistematizado. Dessa forma, conduzimos nossa formação continuada de modo que ao final pudéssemos identificar em nossos momentos formativos vivências da perspectiva Histórico-crítica.

Desse modo, sintetizamos os momentos formativos da pedagogia histórico-crítica que conduziram o processo de formação Continuada de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da seguinte forma:

### *Prática Social*

Estabelecemos nosso contexto atual de atuação pedagógica e docência, sem nos distanciarmos de toda conjuntura sociocultural na qual estamos inseridos e a educação que fazemos. Esse contexto no qual nossa prática social se estabelece foi delineado e identificado nos diálogos e reflexões iniciais sobre os temas relacionados a nossa formação continuada e o conhecimento prévio que os docentes/cursistas apresentaram. Utilizamos entre os métodos de pesquisa questionários, debates, dinâmicas de apresentação pessoal dos currículos dos docentes e suas áreas de formação inicial.

### *Problematização*

Atualmente é compreendida como o primeiro passo da pedagogia Histórico-crítica (MARSIGLIA, MARTINS, LAVOURA, 2019). Utilizamos essa categoria de análise questionando nossa prática social por meio da definição das necessidades formativas dos conceitos de Africanidade e Educação para as Relações Étnico-raciais. Nesta etapa, apresentamos conceitos básicos para as discussões teóricas. Contextualizações que incluíram atos, frases e situações racistas que ocorrem dentro e fora do convívio escolar, Testes Sociais

sobre as relações sociais estruturais racistas presentes na formação cultural do Brasil e suas questões raciais.

### *Instrumentalização e Catarse*

Recorremos a análise de teorias que incluíram estudo de textos, debates sobre os mesmos, produção de resumos, pesquisas e estudos presenciais e não presenciais que estabeleceram relações diretas com a sociedade atual, a produção de conhecimento, a vivência escolar e as práticas de ensino para o combate ao racismo. Segundo Saviani (1999, p.81), “Trata-se da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para de libertar das condições de exploração em que vivem”. Já o momento de Catarse foi experimentado por meio das análises das produções, projetos e reflexões realizado por conta da Semana da Consciência Negra, bem como nos diálogos estabelecidos nas apresentações dos professores de suas práticas docentes, onde identificamos o discurso de valorizar a diversidade em seu fazer docente. A catarse para Saviani (1999, p. 81), diz se tratar da “efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social”.

### *Nova Prática Social*

*Identificamos este momento da formação continuada como vivência onde o pensamento e ação docente se estabelecem de forma autônoma dentro do processo formativo. Nossa expectativa emancipatória da formação continuada se concretizou por meio da intenção de ação modificada e ressignificada dos docentes/cursistas quanto a sua atuação e prática no ensino das Africanidades e no combate ao racismo. Isso feito de forma qualitativa. A prática-social final, Segundo Saviani (1999),*

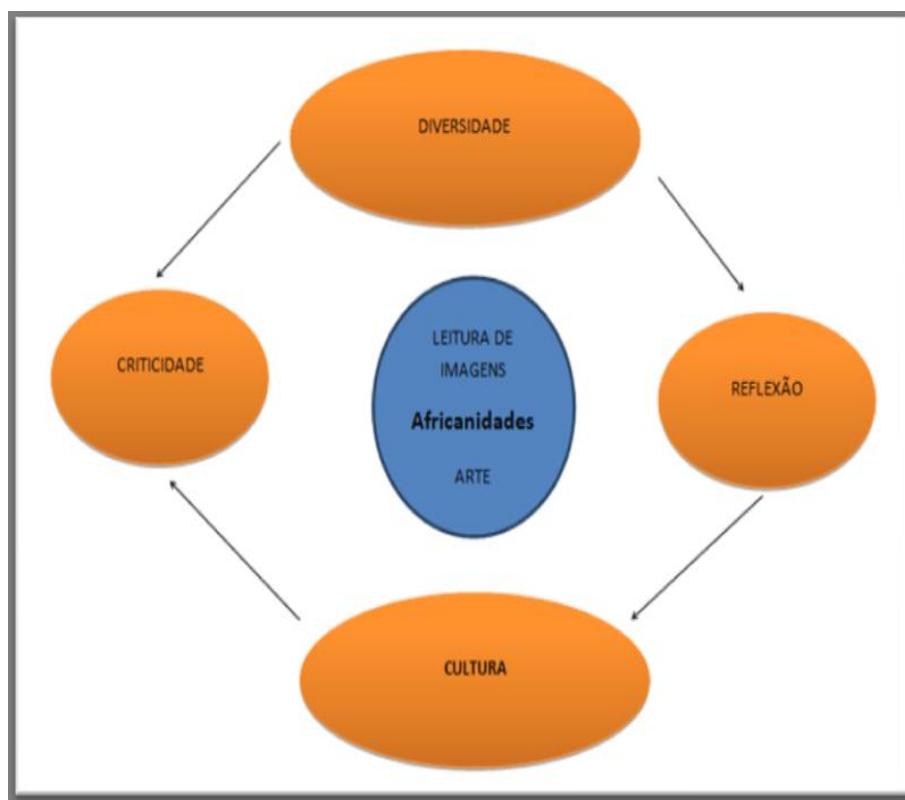
Consequentemente, a prática social referida no ponto de partida (primeiro passo) e 'no ponto de chegada (quinto passo) é e não é a mesma. É a mesma, uma vez que é ela própria que constitui ao mesmo tempo o suporte e o contexto, o pressuposto e o alvo, o, fundamento e a finalidade da prática pedagógica. E não é a mesma, se considerarmos que o modo de nos situarmos em seu interior se alterou qualitativamente pela mediação da ação pedagógica; e já que somos, enquanto agentes sociais, elementos objetivamente constitutivos da prática social, é lícito concluir que a própria prática se alterou qualitativamente (SAVIANI, 1999, p. 82).

A pretensão de um novo fazer docente, com uma perspectiva de ampliação dos saberes a serem desenvolvidos em sala de aula, e uma tomada de posição frente as situações de racismo que permeiam seu ambiente escolar e social. Esta visão pode ser verificada na Proposta de Intervenção Pedagógica apresentada pelos cursistas ao final do curso.

## **Proposta Didático-pedagógica sob a perspectiva das Africanidades na Educação para as Relações Étnico-raciais.**

Ao pensarmos em uma proposta de intervenção pedagógica e didática que se fundamenta nas discussões que tivemos até aqui sobre uma educação que privilegie a diversidade étnico-racial e multicultural, estimamos que ela seja ainda pontual e assertiva no combate ao racismo, privilegiando ações e metodologias que corroborem para esses objetivos iniciais. Desse modo, formatamos uma estrutura que é familiar das práticas docentes, que conta com os seguintes pontos de reflexão e ação: Objetivo, Justificativa, Local de aplicação, Público Alvo, Metodologia e Conteúdos. Assim, podemos estabelecer as relações entre nosso conteúdo e sua sequência didática, evidenciando as relações com as Africanidades presentes em nossa realidade e que contemplem os conceitos e abordagens que julgamos pertinentes para a Educação para as Relações Étnico-raciais e para o ensino das Africanidades.

Proposta de Intervenção Pedagógica e didática de docente/cursista



Fonte: Elaborado pelos cursistas durante os encontros (2018).

Usaremos uma atividade desenvolvida a partir da formação continuada, como um exemplo das possibilidades reais de um planejamento de aulas com conteúdo que privilegiem o currículo e estabeleça relações entre os conhecimentos sistematizados e os elementos e conhecimentos das Africanidades ausentes nestes materiais.

Ao compartilhar sobre os possíveis impactos que essa ação poderia incorrer sobre seu processo de ensino e aprendizagem, a docente diz que almeja promover, “Uma reflexão sobre a introdução dos negros na sociedade brasileira e as Africanidades, respeitando-se as legislações vigentes que incluem temáticas da cultura africana e de seus descendentes nas Propostas Pedagógicas Curriculares” (Dandara).

A resignificação de nossa prática se estabelece por meio de uma tomada de consciência e um compromisso com uma nova proposta didático-pedagógica e uma ação crítica sobre as abordagens e conteúdos de nossas turmas. Um repensar de seu fazer docente sob uma perspectiva que alcance as pluralidades culturais e étnico-raciais de nosso meio social e alinhada a uma educação de combate ao racismo.



## MAIS SOBRE O TEMA

### Títulos da Literatura Infantil



Fonte: Elaborado pelos autores

Muitas dessas obras estão disponíveis em arquivo PDF.

Veja mais em: <https://www.geledes.org.br/>

## Ponto de Chegada!

Esperamos que, neste momento, você possa ter encontrado inspiração para apropriar-se das Africanidades Brasileiras como parte não apenas de seu projeto de ensino e aprendizagem, mas também como parte de sua vida. Em uma perspectiva diversificada do conhecimento sistematizado que julgamos relevantes para a formação do sujeito como cidadão, procuramos apresentar possibilidades formativas que potencializam a educação para o combate ao racismo.

Desejamos que sua caminhada seja leve e sua vida próspera.

Até a próxima.

Mo juba!

Meus respeitos!



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jun 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 09 jan. 2003.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 10 mar. 2008.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações**. Brasília: SECAD/ME, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/SEPPPIR, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

BATISTA, Luciana Lima. Educação e diversidade étnico-racial – Legislação e educação das relações e história e cultura afro-brasileira e africana. In: CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; REIS, Edna dos; RODRIGUES, Rodrigo Ferreira (Org.). *Política de promoção da igualdade racial na escola*. Vitória: Ifes, 2016. p. 67-76.

CANEN, Ana; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a07>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CAPRINI, Aldieris Braz; SOUSA, Ana Lourdes Lucena de. Diretrizes para o ensino de história e a prática voltada à diversidade: um olhar multicultural. **Revista História e Diversidade**. Mato Grosso, v. 4, n.1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/163>> Acesso em: 20 jul. 2017.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECADI, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: discutindo algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 1999. p. 143-154.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2013.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei. **Incursões sobre a pele**. Rio de Janeiro: Artium, 1996.

MARCHI, Sandra Aparecida. **Por um ensino de várias cores: formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana**. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.

MARSIGLIA, A. C. G.; MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Rumo à outra didática histórico-crítica: superando imediatismos, logicismos formais e outros reducionismos do método dialético. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 19, p. e019003, 19 mar. 2019.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar**, Curitiba, v. 5, n. 17, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602001000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100004)>. Acesso em: 15 maio 2017.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues et al. **Educação e diferenças: os desafios da Lei 10.639/03**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de Hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nos cursos de formação de professores. Panorama, perspectivas e experiências. **Estudos Afro-Asiáticos**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 187-220, jan. 2006.

OLIVA, Anderson Ribeiro. O ensino da história da África em debate : uma introdução aos estudos africanos. In: RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro et. al (Orgs.). **História e cultura afro-brasileira e africana na escola**. Brasília: Ágere, 2008. p. 29-49.

OLIVEIRA, Alan Santos de. **Sankofa: A circulação dos provérbios africanos - oralidade, escrita, imagens e imaginários**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SAVIANI, D. A função docente e a produção do conhecimento. **EDUCAÇÃO E FILOSOFIA**, v. 11, n. 21/22, p. 127-140, 1997.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. Edição comemorativa.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, 2009. Disponível em: <<http://poseducacaoifbaiano.com.br/wp-content/uploads/2014/11/Forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-aspectos-hist%C3%B3ricos-e-te%C3%B3ricos-do-problema-no-contexto-brasileiro.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2017.

SAVIANI, D. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.



## Anexos

Roda de Conversa: “Ressignificando o 13 de Maio – Educação Contra o Racismo na Escola”.  
(2018/2019).



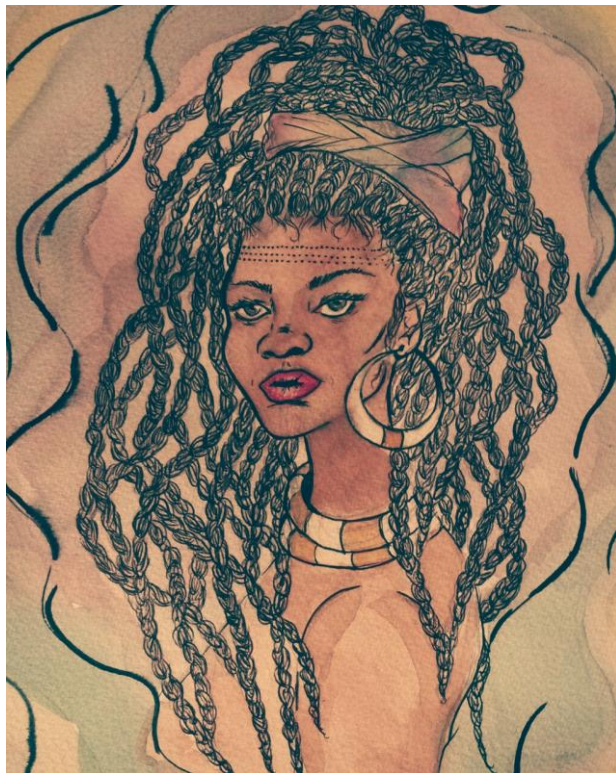
Formação Continuada: “Africanidades Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”  
Polo UAB – Itapemirim (2018).



# Axé!



**Ilustração: Michele Medina**



**Ilustração: Biê Robson**